



VERSIGNASSI, A. CRASH: uma
breve história da economia.
Harper Collins, 2019.

Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 32 | Jan./Jun. de 2025

Rony Petterson Gomes do Vale

Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG.

ronyvale@gmail.comemail

Nathan Cordeiro Santos

Universidade Federal de Viçosa Vinculo / UFV.

nathan.santos@ufv

O livro Crash, do jornalista Alexandre Versignassi, propõe-se a ser uma obra que conta a história da economia, de forma leve e descontraída. Ele é composto por dezesseis capítulos, que retratam episódios históricos que, em teoria, são importantes para a história econômica ou servem de pano de fundo para a explicação de algum conceito econômico. Ele está organizado da seguinte forma: na introdução, fala-se sobre a especulação financeira, o mercado de ações e a Bolha das Tulipas; no cap. 1, fala-se sobre a criação do dinheiro e sobre práticas econômicas da pré-história; no cap. 2, mostram-se alguns casos de hiperinflação e explica-se brevemente como a inflação funciona; no cap. 3, comparam-se dois casos de congelamento de preços: um no Brasil do século XX e o outro na Roma do século IV; no cap. 4 e no cap. 5, fala-se sobre a criação da bolsa de valores e do mercado de derivativos; no cap. 6, conta-se a história de duas bolhas financeiras da Europa do século XVIII; no cap. 7, volta-se a falar sobre como funciona a especulação no mercado de ações e conta-se a história da Bolha da Internet; no cap. 8 e no cap. 9, conta-se a história da Grande Depressão e explica-se o que é deflação; no cap. 10, explica-se como a economia moderna funciona; no cap. 11 e cap. 12, contam-se histórias de especulação financeira, relacionadas a dois empresários brasileiros; no cap. 13, conta-se a história da Crise de 2008; no cap. 14, fala-se sobre a criação das criptomoedas e no cap. 15, mostram-se as estratégias do investidor mais rico do mundo.

É necessária uma análise mais aprofundada dessa obra que a leigos – leigos em economia ou história econômica – pode parecer bastante apurada. Entre os pontos críticos do texto, ressaltam-se: 1) o desconhecimento de processos históricos; 2) a simplificação excessiva de conceitos e fatos econômicos; 3) negligência com pontos importantes da história econômica.

O primeiro ponto crítico – o desconhecimento de processos históricos – revela-se, principalmente, nos momentos em que o autor discorre sobre o desenvolvimento histórico-econômico de países europeus, como Holanda e Rússia. Como exemplo, tomemos o quarto capítulo do livro, onde, ao falar sobre o motivo da bolsa de valores ter surgido na Holanda, ele diz:

No que dependesse da natureza, não era para ninguém morar na região. E, fora uma meia dúzia de pescadores, ninguém morava mesmo. Mas essa foi a sorte grande do lugar que viria a

ser chamado de Holanda: o feudalismo não fincou raízes por lá. Enquanto no resto da Europa os agricultores viviam em estado de semiescravidão, trabalhando para poucos e gordos latifundiários (também conhecidos como nobres), na encharcada Holanda muitos eram donos do próprio nariz: plantavam, pescavam, vendiam e compravam por conta própria. (Versignassi, 2019, p. 127)

Alexandre Versignassi, com isso, defende a tese de que a ausência de um feudalismo forte na Holanda teria feito dela uma “ilha de capitalismo”, o que, por sua vez, teria levado à criação da bolsa de valores. Pelo visto, ele não sabe, ou apenas esqueceu-se (daremos o benefício da dúvida), que o capitalismo comercial na Holanda foi, sim, fruto de uma revolução burguesa, assim como em outros locais da Europa, como França e Inglaterra. Na verdade, o que fortaleceu a burguesia holandesa ao longo dos séculos não foi a ausência de feudalismo, mas sim um alto comércio no setor têxtil. Segundo Vázquez (2014):

A Holanda tinha uma estrutura social idêntica à do resto da Europa Ocidental em meados do século XVI, com um clero e nobreza privilegiados, com uma divisão territorial complexa, com um campesinato distante da vida política e social e com uma burguesia que exigia mais poder político e não se contentava em contribuir com recursos sem participar da tomada de decisões. No entanto, uma das características peculiares dessas terras foi o grande desenvolvimento da burguesia, em um país muito urbano que, graças à produção e ao comércio de tecidos, vinha se desenvolvendo há séculos. (Vázquez, 2014, p. 177)

Lembre-mos também que, além dos entraves feudais, a burguesia holandesa também precisava lidar com a dominação estrangeira da monarquia absolutista espanhola, que fazia dos Países Baixos um entreposto mercantil do império espanhol. Segundo Benassar (2005), os Habsburgos, a partir dos meados do século XVI, começaram a aumentar paulatinamente as taxas tributárias dos holandeses, devido às guerras que a Espanha travava, principalmente contra a França. A ideia de uma defesa dos interesses nacionais, inclusive, impulsionou a união da burguesia revolucionária holandesa. Logo, a tese de que o capitalismo holandês teria surgido e se desenvolvido de forma quase espontânea, uma vez que “as pessoas eram donas do próprio nariz”, é equivocada. A burguesia e o campesinato holandês tinham que sustentar não somente o clero e a nobreza de seu país, como a de um país estrangeiro. O capitalismo, por sua vez, foi estabelecido na Holanda da mesma forma que em

toda a Europa Ocidental: suplantando, por meio de um movimento de caráter revolucionário, o regime econômico anterior (feudalismo).

O segundo ponto crítico – a simplificação excessiva de conceitos e fatos econômicos – pode ser conferido em diversos momentos do livro. Como exemplo, tomo um trecho onde o autor, ao nos contar a história do sólido, moeda de ouro romana criada pelo imperador Constantino para controlar a inflação oriunda da senhoriagem¹ ocorrida com a moeda anterior (denário), diz o seguinte:

No fundo, o que o sólido fez foi instaurar o que seria chamado de “padrão-ouro”. Você tinha outras moedas que podiam ser de cobre ou de latão. Mas só existia confiança de que essas moedas eram dinheiro de verdade se elas pudessem ser convertidas em ouro. (Versignassi, 2019, p. 113)

Versignassi, aqui, utiliza uma definição proveniente do senso-comum, que assume que lastreamento em ouro e padrão-ouro são a mesma coisa, o que é um erro. Gontijo (2014) nos mostra que esse regime monetário, mesmo em suas definições mais descomplicadas, como a que ele mesmo recorre em seu artigo, é bem mais complexo que o autor de Crash faz parecer:

Neste estudo, define-se o “padrão-ouro” como o regime monetário com as seguintes características: (i) dinheiro-mercadoria (ouro e/ou prata) de livre cunhagem (sem *seigniorage*); (ii) plena conversibilidade da moeda de crédito emitida pelos bancos comerciais, em particular das notas bancárias e créditos em conta corrente, em moedas de ouro e/ou prata; (iii) plena liberdade de exportação/importação de moedas e de barras de ouro e/ou prata. (Gontijo, 2014, p. 249)

O sólido romano atende ao critério (i), mas não aos demais. Ele não corresponde ao critério (ii), já que, segundo Carlan (2009, p. 65), “o solidus circulava só entre a elite político-econômica e não entre as classes mais baixas, que continuavam utilizando moedas de bronze, cobre ou prata que, eventualmente, sofriam as devidas desvalorizações.” Também não atende ao critério (iii), já que essa moeda só era aceita, via de regra, dentro do contingente territorial do império romano e em áreas contíguas a seu limite. A simples

¹ Pode definir-se “senhoriagem” como “diferença entre o valor real e o nominal da moeda, nos sistemas antigos de moedas de metal” (SENHORIAGEM, 2024).

inexistência de um mercado internacional de capitais já inviabilizava qualquer tipo de plena liberdade de exportação ou importação de artigos monetários. Vale apontar também que, mesmo que a fala de Versignassi utilizasse “padrão-ouro”, partindo de uma definição mais arcaica e menos usual, como sinônimo do padrão de cunhagem de moedas estabelecido na Grã-Bretanha por Isaac Newton, em 1717, ainda seria uma comparação infundada, uma vez que a cunhagem do sólido romano não seguia as medidas de cunhagem de moedas criadas pelo físico britânico.

O jornalista comete equívoco semelhante quando, no mesmo capítulo, equivale a implementação do sólido romano com a implementação do real, no Brasil do século XX. Nesse caso, ele ignora as peculiaridades de cada um dos planos econômicos, como o fato de que, dessas moedas, apenas o real é uma moeda fiduciária² e que somente ela foi criada com o intuito de se tornar a única moeda nacional em circulação no país, dentro de certo tempo. Tanto aqui, quanto no caso do padrão-ouro, a simplificação de conceitos e episódios econômicos é tamanha, que eles próprios acabam sendo desprovidos de suas peculiaridades e características originais.

O terceiro ponto crítico – negligência com pontos importantes da história econômica – se deve principalmente à visão predominantemente monetarista e financista do autor, que deixa de lado, ou oferece pouca atenção, o aspecto produtivo do desenvolvimento econômico. Marx (2015, p. 304) já dizia que “o que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’.” Revoluções técnico-científicas, como a primeira revolução industrial e a revolução verde, que mudaram drasticamente as dinâmicas de produção e as relações de trabalho da economia capitalista, sequer são citadas em Crash. Também não aparecem vários notáveis modos de produção, como a economia colonial baseada em mão de obra escravizada, que é de extrema importância para a compreensão de como se deu a criação e distribuição de riqueza nos séculos passados. Mesmo o desenvolvimento da agropecuária do período Neolítico, que, segundo Sahlins (2013), foi o pontapé

² “Moeda fiduciária” entende-se por “moeda oficial de um país cujo valor depende da confiança que a ela se dispensa” (FIDUCIÁRIO, 2024).

para a formação de economias superavitárias, tais quais as que temos hoje, não toma mais de quatro páginas do livro de Versignassi.

Por outro lado, o jornalista utiliza cerca de dois terços da obra para discorrer sobre episódios relacionados ao mercado financeiro ou a questões monetárias, como a criação da bolsa de valores, a história de muitas bolhas financeiras, o surgimento das criptomoedas, além de assuntos cuja relevância é, no mínimo, questionável, como as estratégias que Warren Buffet e George Soros utilizaram para se tornar alguns dos homens mais ricos do mundo. São, sem dúvidas, tópicos interessantes, que certamente cairiam bem em um livro sobre a história do mercado financeiro ou um livro de curiosidades. Entretanto, o julgamento de que alguns investidores de Wall Street teriam mais relevância para a história da economia do que a revolução industrial não poderia configurar maior disparate.

Do exposto acima, percebe-se que o livro Crash, do jornalista Alexandre Versignassi, foi escrito de forma excessivamente superficial, com diversas comparações equivocadas e afirmações infundadas. Além disso, a negligência com aspectos e acontecimentos importantes para a história econômica torna-o mais semelhante a um livro de curiosidades históricas do que um livro de história da economia, propriamente dito. Para além disso, devemos ressaltar que essa obra tem o potencial de empobrecer o debate econômico entre as pessoas mais leigas, que com ela tiverem contato, e até mesmo passar para essas mesmas pessoas uma visão completamente distorcida do que é a economia, restringindo-a quase que inteiramente à sua faceta monetária e financeira.

Referência Bibliográfica:

BENNASSAR, Bartolomé et al. **História moderna**. Ediciones AKAL, 2005.

CARLAN, Cláudio Umpierre. *A política de Constantino e a formação do Império Romano do Oriente*. Anos 90, v. 16, n. 30, p. 61-75, 2009.

FIDUCIÁRIO. In: **Michaelis On-line**. São Paulo: Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/OV55/fiduciário/>. Acesso em 28/03/2024.

GONTIJO, Cláudio. *Os Mecanismos de funcionamento do “padrão-ouro”: uma visão crítica*. *Economia E Sociedade*, v. 23, n. 1, p. 243-280, 2014.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1**: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

SAHLINS, Marshall. **Stone age economics**. Routledge, 2013.

SENHORIAGEM. In: **Michaelis On-line**. São Paulo: Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/2a0bq/senhoriagem/>. Acesso em 28/03/2024.

VÁZQUEZ, Federico Gallegos. *La guerra de los Países Bajos hasta la Tregua de los Doce Años*. Revista *Aequitas*: Estudios sobre historia, derecho e instituciones, 2014.

Rony Petterson Gomes do Vale

Doutor em Linguística pela UFMG (2009-2013). Possui Graduação em Letras (Licenciatura em Português/Literatura) pela UFV (2008), Mestrado em Linguística pela UFMG (2009) e pós-doutorado pela UFMG (2017). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística do Texto e do Discurso, atuando principalmente nas seguintes subáreas: Análise do Discurso, Gêneros do Discurso/Textual, Leitura e Produção Textual, Argumentação e Retórica. Desenvolve trabalhos de pesquisa observando a interface entre o texto, o visível (teorias e práticas) e o Discurso, a partir dos postulados da Análise do Discurso em diálogo com outras áreas do conhecimento como a Filosofia, a Retórica, a História, a Literatura, a Comunicação Social etc. A partir de 2024, Líder do NED - Núcleo de Estudos Discursivos - da UFV, grupo de pesquisa do CNPq - espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5980806460612423.

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/5226735709539513>

Nathan Cordeiro Santos

Graduando em Letras pela Universidade Federal de Viçosa

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/7998589115930426>